



CONCURSO PÚBLICO
PARA INGRESSO EM CARGOS DO CONSELHO REGIONAL
DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

EDITAL N.º 001/2023

CONTADOR

Duração: 4h30min (quatro horas e trinta minutos)

Leia atentamente as instruções abaixo:

- 01** Você recebeu do fiscal o seguinte material:
a) Este caderno, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, e Prova Discursiva, conforme distribuição abaixo:

CONHECIMENTOS BÁSICOS			CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS		PROVA DISCURSIVA
LÍNGUA PORTUGUESA	ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	DIREITO ADMINISTRATIVO	CONTABILIDADE	SISTEMA CONFEA/CREA	
1 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 40	41 a 50	

- b)** Um Cartão de Respostas destinado às respostas das questões objetivas, com a Folha da Prova Discursiva no verso.
- 02** Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no Cartão de Respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
- 03** Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do Cartão de Respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.
- 04** No Cartão de Respostas da prova objetiva, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo: A B C D E

- 05** Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
- 06** O candidato poderá entregar seu Cartão de Respostas, seu Caderno de Questões e retirar-se da sala de prova somente depois de decorrida 01 (uma) hora do início da prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o Termo de Ocorrência declarando sua desistência do Concurso, que será lavrado pelo Coordenador do Local.
- 07** Ao candidato, será permitido levar seu CADERNO DE QUESTÕES a partir de 01 (uma) hora para o término da prova e desde que permaneça em sala até esse momento.
- 08** Não será permitida a cópia de gabarito no local de prova. Ao terminar a prova de Conhecimentos, o candidato entregará obrigatoriamente o seu CARTÃO DE RESPOSTAS e o seu CADERNO DE QUESTÕES ao fiscal de sala, ressalvado o estabelecido em Edital.
- 09** Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu Cartão de Respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões não serão levados em consideração.
- 10** Os 3 (três) últimos candidatos permanecerão sentados até que todos conclua a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 01

ChatGPT eleva desafio da UE para regular inteligência artificial *Chatbot transformou a forma como tecnologia é vista e usada*

O robô conversacional ChatGPT colocou a UE (União Europeia) diante de uma encruzilhada em seu esforço de regular o uso da IA (Inteligência Artificial), já que deve criar uma forma de proteger os usuários de uma tecnologia em constante mudança.

A UE trabalha há mais de um ano em um regulamento que põe ordem no uso da IA e que, ao mesmo tempo, permite proteger os usuários, embora o ChatGPT tenha transformado a forma como esta tecnologia é vista por quem recorre a ela.

Criado pela empresa americana OpenAI, o ChatGPT surgiu em novembro e rapidamente passou a ser utilizado por usuários assombrados com sua capacidade de responder perguntas com clareza, escrever sonetos e fornecer informações sobre temas complicados.

Produtos obtidos com o ChatGPT conseguiram, inclusive, ser aprovados em testes médicos e legais projetados para estudantes humanos, obtendo notas altas.

A tecnologia também traz, no entanto, riscos, uma vez que seu sistema de aprendizado e modelos similares da concorrência já estão integrados aos aplicativos comerciais.

Por esse motivo, a UE teve de voltar à estaca zero em seu esforço de desenvolver um marco regulatório, até encontrar uma maneira de regular a IA de forma efetiva.

A Comissão Europeia, o braço executivo da UE, anunciou em abril de 2021, pela primeira vez, um plano para um conjunto de regras de IA. O Parlamento Europeu espera finalizar um projeto de lei de IA neste mês.

O comissário europeu para a Indústria, Thierry Breton, antecipou que os eurodeputados, a Comissão e os governos do bloco trabalham para "esclarecer mais as regras" sobre a tecnologia ChatGPT, conhecida como IA de uso geral.

DESAFIOS REAIS

Os usuários das redes sociais se divertiram, experimentando o ChatGPT quando foi lançado, mas a tecnologia usada não é um jogo.

Professores temem que os alunos usem o recurso para trapacear, já que o ChatGPT pode "escrever" redações inteiras, enquanto os legisladores temem que seja usado para fins de desinformação.

As preocupações sobre os riscos foram reconhecidas por funcionários de alto escalão da UE.

"Como demonstrado pelo ChatGPT, as soluções de IA podem oferecer grandes oportunidades para empresas e cidadãos, mas também podem apresentar riscos. É por isso que precisamos de um marco regulatório sólido para garantir uma IA confiável com base em dados de alta qualidade", disse Breton.

[...]

Usando o que é conhecido como um "modelo de linguagem extenso", o ChatGPT é um exemplo de IA generativa que, operando sem orientação, pode criar conteúdo original mediante análise de dados prévios.

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2023/03/chatgpt-eleva-desafio-da-ue-para-regular-inteligencia-artificial.shtml>. Adaptado. Acesso em 31/03/2023

1. A leitura do texto anterior permite a conclusão de que o ChatGPT:

- A) é uma tecnologia que apresenta mais benefícios do que malefícios
- B) é uma tecnologia que apresenta mais malefícios do que benefícios
- C) é uma inovação que põe em perigo tanto o sistema educacional quanto o arcabouço jurídico dos países
- D) é uma questão que precisa ser regulamentada por uma legislação eficaz e moderna, a fim que não haja abusos no seu uso
- E) é um problema para as escolas, visto que as provas e demais avaliações escolares poderão ser feitas pela inteligência artificial, sem nenhuma possibilidade de controle sobre isso

2. No trecho "[...] o ChatGPT surgiu em novembro e rapidamente passou a ser utilizado por usuários assombrados com sua capacidade de responder perguntas com clareza, **escrever sonetos** e fornecer informações sobre temas complicados" (3º parágrafo), a expressão destacada indica que o ChatGPT é capaz de escrever:

- A) memórias, enquanto os usuários estão sonolentos
- B) redações, mesmo que os usuários sofram de sonambulismo
- C) poemas com quatro estrofes, sendo dois quartetos e dois tercetos
- D) textos literários em diferentes temáticas, com ou sem rima, em estilos diversos
- E) cartas destinadas a denunciar problemas complexos da sociedade moderna

3. No texto, há fatos e opiniões. O trecho em que se observa uma opinião é o seguinte:

- A) "A UE trabalha há mais de um ano em um regulamento que põe ordem no uso da IA" (2º parágrafo)
- B) "Produtos obtidos com o ChatGPT conseguiram, inclusive, ser aprovados em testes médicos e legais projetados para estudantes humanos, obtendo notas altas" (4º parágrafo)
- C) "A Comissão Europeia, o braço executivo da UE, anunciou em abril de 2021, pela primeira vez, um plano para um conjunto de regras de IA" (7º parágrafo)
- D) "As preocupações sobre os riscos foram reconhecidas por funcionários de alto escalão da EU" (11º parágrafo)
- E) "É por isso que precisamos de um marco regulatório sólido para garantir uma IA confiável com base em dados de alta qualidade" (12º parágrafo)

4. No 10º parágrafo do texto, o verbo "escrever" está grafado entre aspas. Nesse contexto de uso, o emprego desse sinal de pontuação indica:

- A) um arcaísmo
- B) um título de revista
- C) uma citação extraída de obra literária
- D) um meio de destacar um uso atípico da palavra
- E) um estrangeirismo empregado de modo estilístico

5. No trecho “O robô conversacional ChatGPT colocou a UE (União Europeia) diante de uma encruzilhada em seu esforço de regular o uso da IA (Inteligência Artificial), **já que** deve criar uma forma de proteger os usuários de uma tecnologia em constante mudança” (1º parágrafo), o conectivo destacado poderia ser substituído, sem prejuízo de sentido, por:

- A) visto que
- B) ainda que
- C) contanto que
- D) apesar de que
- E) do mesmo modo que

6. No trecho “A UE trabalha há mais de um ano em um regulamento que põe ordem no uso da IA e que, ao mesmo tempo, permite proteger os usuários, **embora** o ChatGPT tenha transformado a forma como esta tecnologia é vista por quem recorre a ela” (2º parágrafo), o conectivo destacado é usado para indicar:

- A) causa
- B) condição
- C) concessão
- D) conformidade
- E) consequência

7. No trecho “Produtos obtidos com o ChatGPT **conseguiram**, inclusive, ser aprovados em testes médicos e legais projetados para estudantes humanos, obtendo notas altas” (4º parágrafo), o verbo destacado está conjugado no:

- A) presente do subjuntivo
- B) pretérito perfeito do indicativo
- C) pretérito imperfeito do indicativo
- D) pretérito imperfeito do subjuntivo
- E) pretérito mais-que-perfeito do indicativo

8. No trecho “A Comissão Europeia, **o braço executivo da UE**, anunciou em abril de 2021, **pela primeira vez**, um plano para um conjunto de regras de IA” (7º parágrafo), em termos morfosintáticos, os segmentos destacados são classificados respectivamente como:

- A) aposto e adjunto adverbial
- B) vocativo e adjunto adverbial
- C) vocativo e adjunto adnominal
- D) oração subordinada adjetiva explicativa e aposto
- E) aposto e oração subordinada adverbial de tempo

9. Em “O comissário europeu para a Indústria, Thierry Breton, antecipou que os eurodeputados, a Comissão e os governos do bloco trabalham para ‘esclarecer mais as regras’ sobre a tecnologia ChatGPT” (8º parágrafo), há:

- A) uma oração subordinada
- B) duas orações subordinadas
- C) três orações subordinadas
- D) quatro orações subordinadas
- E) cinco orações subordinadas

10. Leia esta frase extraída do texto: “As preocupações sobre os riscos foram reconhecidas por funcionários de alto escalão da UE” (11º parágrafo). Uma possibilidade de reescrita dessa frase, sem alteração de sentido, é:

- A) “Funcionários de alto escalão da UE reconhecem as preocupações sobre os riscos”
- B) “Funcionários de alto escalão da UE reconheciam as preocupações sobre os riscos”
- C) “Funcionários de alto escalão da UE reconhecerão as preocupações sobre os riscos”
- D) “Funcionários de alto escalão da UE reconheceriam as preocupações sobre os riscos”
- E) “Funcionários de alto escalão da UE reconheceram as preocupações sobre os riscos”

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

11. Aygul é economista e participa de movimento popular que defende a moralidade no serviço público. Após analisar a legislação nacional, apresenta aos deputados uma proposta de mudança nas leis repressivas de atos de corrupção, notadamente aqueles que causam prejuízos aos cofres públicos. Nos termos da Constituição Federal, atos considerados como de improbidade administrativa importarão em:

- A) perda da administração das próprias empresas
- B) supressão da habitação mesmo familiar
- C) censura a discursos partidários
- D) extinção dos direitos políticos
- E) indisponibilidade de bens

12. Bahar pretende acessar documentos necessários à elaboração de um livro que contará parte da história do Brasil sob nova perspectiva. Ao solicitar acesso a documentos guardados em órgãos públicos, recebe negativa de exame por constar restrição determinada pelas autoridades. Após pesquisa, verifica que a restrição seria parcial, não abrangendo a totalidade da documentação. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, é assegurado acesso à parte não sigilosa por meio de:

- A) ata
- B) aviso
- C) extrato
- D) indicação
- E) referência

13. Beyza é compradora compulsiva de bens e serviços pela internet e, por isso, é submetida, em vários sítios, a tratamento de dados, o que aceita, mas que gera expressivo número de mensagens nos seus telefones e endereços de e-mail. Após consultar um advogado, modifica sua conduta e cancela todas as autorizações fornecidas aos endereços eletrônicos das empresas. Nos termos da Lei nº 13.709/2018, o titular tem direito de facilitação das informações sobre tratamento dos seus dados, tendo em vista o princípio do:

- A) livre acesso
- B) bom cidadão
- C) negócio feito
- D) excepcional valor
- E) indivíduo de boa fé

14. Danla foi aprovada em concurso público para cargo de nível superior e tomou posse no setor com vários outros funcionários. Após o período de adaptação, revelou ter uma personalidade comunicativa, pois sempre saudava os colegas com sorriso estampado no rosto e realizava os atendimentos às pessoas da comunidade que procuravam os serviços estatais. Nos termos da Lei nº 8.027/90, constitui dever do servidor tratar os demais servidores com:

- A) afeto
- B) empatia
- C) indiferença
- D) urbanidade
- E) neutralidade

15. Kel foi flagrado cometendo atos libidinosos em público, o que causou revolta nos populares que transitavam no local e gerou intervenção da Guarda Municipal e de agentes policiais de plantão. Posteriormente, foi divulgado que o autor dos atos libidinosos seria servidor público federal. Nos termos da Lei nº 8.027/90, um dos deveres dos servidores consiste em manter conduta compatível com a moralidade:

- A) social
- B) pública
- C) pessoal
- D) religiosa
- E) conservadora

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. Conforme previsto no texto constitucional, a prestação de serviços públicos é de competência do Poder Público, seja de maneira direta, seja mediante a adoção de regimes próprios. A prestação dos serviços públicos pode ser:

- A) realizada mediante concessão a pessoa física, jurídica, consórcio ou convênio de empresas e entes públicos
- B) outorgada, a título precário, mediante licitação, formalizada por contrato de adesão
- C) realizada por permissionária mediante licitação na modalidade de concorrência
- D) realizada de forma privativa pela administração pública direta e indireta
- E) delegada para realização do serviço, precedida da execução de obra

17. O Direito Administrativo vale-se de diversas fontes para cumprir a finalidade de proteger o interesse público. Entre essas está a que adota a forma de documento emitido por qualquer autoridade pública, com instruções acerca da aplicação de leis ou regulamentos, recomendações de caráter geral, normas de execução de serviço, nomeações, demissões, punições ou qualquer outra determinação da sua competência. Tal fonte é denominada:

- A) costume
- B) parecer
- C) portaria
- D) súmula
- E) tratado

18. Entre órgãos e entidades, a administração pública é organizada de forma a prestar os serviços que atendam ao interesse da população de maneira eficiente e, através da descentralização, é criada a autarquia. Essa pessoa jurídica:

- A) pratica atividade comercial típica
- B) tem natureza jurídica de direito privado
- C) pode ser criada para o exercício de atividade regulatória
- D) tem de contratar pessoal apenas pelo regime estatutário
- E) necessita, para ser condenada em juízo, que se comprove que ela agiu com dolo ou culpa

19. A Lei nº 14.230/2021 trouxe significativas alterações à Lei de Improbidade Administrativa. Algumas foram questionadas no Supremo Tribunal Federal, dentre as quais a legitimidade para propositura de ação de improbidade, de celebração de acordo e de exercício de assessoria jurídica a favor do agente público. A respeito de tais controvérsias, prevaleceu o seguinte entendimento:

- A) somente o Ministério Público tem legitimidade para propor ação de improbidade e para celebrar acordo de não persecução cível
- B) a assessoria jurídica que emitiu parecer atestando a legalidade prévia dos atos administrativos praticados pelo administrador público ficará obrigada a defendê-lo judicialmente
- C) a assessoria jurídica que emitiu o parecer atestando a legalidade prévia dos atos administrativos praticados pelo administrador público é proibida de defendê-lo judicialmente
- D) os entes públicos que sofreram prejuízos em razão de atos de improbidade também estão autorizados, concorrentemente ao Ministério Público, a propor ação e a celebrar acordos de não persecução civil
- E) os entes públicos que sofreram prejuízos em razão de atos de improbidade também estão autorizados, concorrentemente ao Ministério Público, a propor ação, mas não a celebrar acordos de não persecução civil

20. A coletividade é livre para utilizar um bem público de uso comum sem que a Administração Pública o consinta. Contudo, é possível a utilização desse bem por particulares, em determinadas circunstâncias, mediante o instituto denominado:

- A) concessão de direito real de uso
- B) permissão
- C) comodato
- D) enfiteuse
- E) locação

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTABILIDADE

21. Conforme previsto na legislação aplicada ao setor público, a programação financeira e o cronograma da execução mensal de desembolso deverão ser estabelecidos após a publicação da Lei Orçamentária Anual, dentro do seguinte prazo:

- A) 15 dias
- B) 20 dias
- C) 30 dias
- D) 40 dias
- E) 45 dias

22. Com base nos preceitos estabelecidos na legislação vigente, a reavaliação da estimativa de arrecadação, assim como o ajuste da limitação de empenho deverão ser realizados pelos entes da federação dentro da seguinte periodicidade:

- A) anualmente
- B) bimestralmente
- C) trimestralmente
- D) semestralmente
- E) quadrimestralmente

23. O acesso às informações do SIAFI é feito por intermédio do Sistema SENHA, que objetiva o uso autorizado dos recursos do sistema, especificando os usuários autorizados ao acesso, as transações disponíveis no sistema e os nove níveis indicativos do tipo de informação que pode ser acessado pelo operador. O nível que permite o acesso a todos os dados de qualquer Unidade Gestora (UG) que tem a UG do operador como setorial é o:

- A) 1
- B) 3
- C) 4
- D) 6
- E) 8

24. A tabela de eventos é o instrumento utilizado pelas unidades gestoras, no preenchimento das telas e dos documentos de entrada no SIAFI, para transformar os atos e fatos administrativos rotineiros em registros contábeis automáticos. O evento que é a unidade básica da tabela possui um código composto de seis dígitos numéricos estruturado na forma XX.X.XXX, que corresponde a Classe, Tipo de Utilização e Código Sequencial. Se uma determinada unidade gestora, no encerramento do exercício financeiro, for realizar a inscrição de restos a pagar processados, na NS (Nota de Sistema), deverá utilizar o evento da seguinte classe:

- A) 40.X.XXX
- B) 50.X.XXX
- C) 51.X.XXX
- D) 52.X.XXX
- E) 70.X.XXX

25. Com base nas informações constantes no quadro demonstrativo apresentado a seguir, pode-se concluir que o valor apurado do ativo financeiro evidenciado no balanço patrimonial, em 31/12, era igual a:

Código	Título da Conta	Valor R\$
7.2.1.1.0.00.00	Controle da Disponibilidade de Recursos	7.350.000,00
8.2.1.1.2.00.00	DDR Comprometida por Empenho	457.000,00
8.2.1.1.3.01.00	DDR Comprometida por Liquidação	62.000,00
8.2.1.1.3.02.00	DDR Comprometida por Retenções e Consignações	22.000,00
8.2.1.1.3.03.00	DDR Comprometida por Depósitos e Garantias	9.000,00
8.2.1.1.4.00.00	DDR Utilizada	4.100.000,00
1.1.2.1.0.01.00	Créditos Fiscais a Receber - Impostos	2.800.000,00
1.1.2.2.5.01.00	Faturas e Duplicatas a Receber	120.000,00
1.1.2.5.2.01.02	Dívida Ativa Tributária - IPVA	45.000,00
1.1.5.4.0.00.00	Matérias-Primas	300.000,00

- A) R\$ 6.831.000,00
- B) R\$ 6.800.000,00
- C) R\$ 3.308.000,00
- D) R\$ 3.265.000,00
- E) R\$ 3.250.000,00

26. Para apuração dos limites previstos na legislação vigente, quanto ao montante das despesas totais com pessoal dos entes da Federação, é considerado um gasto pertinente e será computado na apuração daquele montante a despesa e o consequente pagamento referente a:

- A) diárias
- B) ajuda de custo
- C) auxílio de alimentação
- D) subsídios dos parlamentares
- E) indenização por demissão dos servidores

27. Na Lei Orçamentária de um determinado município, as dotações são consignadas às suas secretarias municipais como unidades orçamentárias. No início do mês de fevereiro do exercício financeiro vigente, uma das suas secretarias, para dar maior flexibilidade e dinamismo na execução de algumas ações do seu programa de trabalho, transferiu para uma unidade administrativa subordinada a competência de poder utilizar uma parcela dos créditos recebidos. Esse instrumento de descentralização de créditos utilizado pela secretaria municipal é denominado de:

- A) repasse
- B) provisão
- C) destaque
- D) sub-repasse
- E) transposição

28. De acordo com as normas vigentes aplicadas ao setor público atinente à avaliação dos elementos patrimoniais, devem ser mensurados pelo custo histórico ou pelo custo corrente de reposição, dos dois o menor, o estoque correspondente aos seguintes itens:

- A) bens do almoxarifado
- B) produtos agrícolas e extrativos
- C) produtos para distribuição gratuita ou de valor irrisório
- D) bens adquiridos por meio de transação sem contraprestação
- E) produtos para consumo no processo de fabricação de bens para venda

29. As características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Gerais (RCPGs) são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. A qualidade da informação que ajuda a assegurar aos usuários que os dados contidos nos RCPGs representam fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza é denominada:

- A) Representação Fidedigna
- B) Compreensibilidade
- C) Comparabilidade
- D) Verificabilidade
- E) Relevância

30. Na realização da análise e avaliação do balanço orçamentário, tendo como base a confrontação dos valores dos itens das linhas e colunas de receitas e despesas, demonstrados na estrutura e na composição da referida demonstração contábil, será indicativo de que está ocorrendo uma situação de descapitalização quando:

- A) Receitas de Capital Realizadas forem maiores do que as Despesas de Capital Empenhadas
- B) Receitas Correntes Realizadas forem maiores do que as Despesas Correntes Empenhadas
- C) Receitas de Capital Realizadas forem menores do que as Despesas de Capital Empenhadas
- D) Receitas Correntes Realizadas forem menores do que as Despesas Correntes Empenhadas
- E) Receitas de Capital Realizadas forem maiores do que as Despesas Correntes Empenhadas

31. Como ocorre em qualquer entidade, o encerramento do exercício contábil implica alguns procedimentos específicos que devem ser adotados por todos os entes da Federação e contribuem substancialmente para um adequado controle, acompanhamento e registro contábil tempestivo. Conforme a prática contábil, há a necessidade de se encerrar, no final do exercício, todas as contas patrimoniais relativas às variações patrimoniais aumentativas e diminutivas em contrapartida à conta de resultado patrimonial do exercício, vinculada à conta 2.3.7.0.0.00.00 – Resultado Acumulado. Entretanto, outras contas contábeis permanecem com saldo, o qual é transferido para o próximo exercício, como a seguinte conta:

- A) 8.2.4.0.0.00.00 Controles da Arrecadação
- B) 8.2.3.0.0.00.00 Execução do Limite Orçamentário
- C) 6.2.2.1.3.03.00 Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
- D) 5.3.1.7.0.00.00 RP não Processados – Inscrição no Exercício
- E) 8.2.2.1.4.00.00 Disponibilidade por Destinação de Recursos Utilizadas

32. No exercício financeiro de 2022, um determinado ente governamental, em cumprimento ao seu programa de trabalho, adquiriu de uma rede hospitalar privada quatro ambulâncias UTI que não seriam mais utilizadas por aquele grupo. O gasto realizado nessa aquisição, de acordo com as normas vigentes aplicadas às despesas públicas, deveria ter sido classificado quanto ao grupo de natureza da despesa (GND) como:

- A) Investimentos
- B) Inversões Financeiras
- C) Transferências Correntes
- D) Transferências de Capital
- E) Outras Despesas Correntes

33. O documento utilizado no SIAFI para a entrada de dados necessários à execução orçamentária, financeira e contábil, que permite registrar valores decorrentes de desdobramento, por plano interno ou por fontes de recursos dos créditos previstos no Orçamento Geral da União, bem como dos créditos não consignados, é denominado:

- A) Nota de Lançamento por Empenho
- B) Nota de Movimentação de Crédito
- C) Nota de Programação Financeira
- D) Nota de Lançamento de Sistema
- E) Nota de Dotação

34. O orçamento público moderno passou por um processo de evolução ao longo do tempo. A modalidade do processo orçamentário que se caracterizava por apresentar duas dimensões, o objeto de gasto e um programa de trabalho, com as ações desenvolvidas e orientações para instrumentalizar a ação gerencial, era denominado de orçamento:

- A) programa
- B) impositivo
- C) tradicional
- D) incremental
- E) desempenho

35. A classificação da receita, consoante a Portaria 163/2001, possibilita a identificação detalhada dos recursos que ingressam nos cofres públicos. É formada por um código numérico de 8 dígitos que se subdivide em cinco níveis, conforme a forma genérica definida (**C.O.E.DESD.T**). A classificação da receita quanto ao Tipo – 5º nível (**T**), correspondente ao último dígito na natureza de receita, tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação. No caso de um determinado estado da federação, durante o exercício financeiro, arrecadar uma receita devido ao pagamento efetuado por contribuinte correspondente às multas e aos juros de mora de um imposto não recolhido na data de vencimento, a receita deveria ter sido classificada, quanto a sua natureza, com a seguinte codificação:

- A) 1.1.1.8.X.Y.Z.1
- B) 1.1.1.8.X.Y.Z.2
- C) 1.1.1.8.X.Y.Z.3
- D) 1.1.1.8.X.Y.Z.4
- E) 1.1.1.8.X.Y.Z.5

36. Após terem sido efetuados todos os registros das transações realizadas no exercício financeiro de 2022, foi elaborado, em 31 de dezembro, por um determinado ente público, o balancete contábil e, dele, foram extraídas as seguintes informações:

Código	Título da Conta	Valor R\$
6.2.2.1.1.00.00	Crédito Disponível	285.500,00
6.2.2.1.3.01.00	Crédito Empenhado a Liquidar	410.000,00
6.2.2.1.3.02.00	Crédito Empenhado em Liquidação	47.500,00
6.2.2.1.3.03.00	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	58.000,00
6.2.2.1.3.04.00	Crédito Empenhado Liquidado Pago	3.710.000,00
2.1.1.1.1.01.01	Salários, Remunerações e Benefícios (F)	13.500,00
2.1.1.1.1.04.00	Precatório de Pessoal – Regime Especial (F)	5.000,00
2.1.1.4.2.01.00	Contribuições a RPPS (F)	3.000,00
2.1.8.8.1.01.00	Consignações (F)	1.000,00
2.1.8.8.1.04.01	Depósitos e Cauções (F)	9.000,00
2.1.8.8.1.01.04	Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (F)	21.500,00
2.1.2.2.1.02.00	Empréstimos Externos – Em Contrato (P)	300.000,00
2.1.3.1.1.01.00	Fornecedores Nacionais (F)	84.000,00
2.1.3.1.1.01.00	Fornecedores Nacionais (P)	5.000,00

Com base nas informações apresentadas, pode-se concluir que, em 31/12/2022, por ocasião da elaboração do balanço patrimonial, o Passivo Financeiro apresentava o seguinte valor:

- A) R\$ 137.000,00
- B) R\$ 437.000,00
- C) R\$ 547.000,00
- D) R\$ 552.000,00
- E) R\$ 594.500,00

37. No final do exercício financeiro de 2022, em decorrência da execução orçamentária realizada por uma determinada prefeitura, o setor de contabilidade elaborou um demonstrativo, com as seguintes contas e seus respectivos saldos:

Código	Título	Valor R\$
5.2.2.1.2.02.01	Créditos Especiais Abertos	15.000,00
5.2.2.1.9.04.00	Cancelamento de Dotações	5.000,00
6.2.2.1.1.00.00	Crédito Disponível	140.000,00
6.2.2.1.3.01.00	Crédito Empenhado a Liquidar	210.000,00
6.2.2.1.3.02.00	Crédito Empenhado em Liquidação	21.000,00
6.2.2.1.3.03.00	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	29.000,00
6.2.2.1.3.04.01	Crédito Empenhado Liquidado Pago	1.840.000,00
6.2.2.1.2.00.00	Crédito Indisponível	10.000,00
6.3.2.9.1.00.00	RP Cancelados – Por inscrição indevida	5.000,00
6.3.2.9.9.00.00	Outros Cancelamentos de Restos a Pagar	10.000,00

Com essas informações, pode-se concluir que a Lei Orçamentária Anual, aprovada para o referido exercício, fixava uma dotação inicial no seguinte montante:

- A) R\$ 2.230.000,00
- B) R\$ 2.240.000,00
- C) R\$ 2.245.000,00
- D) R\$ 2.255.000,00
- E) R\$ 2.270.000,00

38. O balanço financeiro elaborado no final do exercício financeiro de 2022, por uma determinada prefeitura, apresentava a seguinte composição (valores em Reais):

Receitas Orçamentárias Ordinárias	27.300,00
Receitas Orçamentárias Vinculadas	59.800,00
Restos a Pagar Processados Inscritos no Exercício	7.800,00
Despesas Orçamentárias Ordinárias	23.400,00
Despesas Orçamentárias Vinculadas	58.500,00
Pagamentos de Restos a Pagar	9.000,00
Restos a Pagar não Processados Inscritos no Exercício	2.600,00
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.900,00
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	10.500,00

Com as informações acima, o valor da geração líquida de caixa e equivalente de caixa indicada na Demonstração dos Fluxos de Caixa, elaborada na mesma data, era igual a:

- A) R\$ 1.400,00
- B) R\$ 5.200,00
- C) R\$ 6.600,00
- D) R\$ 10.500,00
- E) R\$ 15.600,00

39. As transferências constitucionais são uma das formas de o Governo Federal enviar recursos financeiros para os Estados da Federação, por meio do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências dos recursos aos Estados, nos prazos legalmente estabelecidos, informando as previsões de receitas e os valores liberados com as respectivas bases de cálculo. Por sua vez, compete aos Estados, após conhecimento da transferência a ser executada, efetuar o seguinte lançamento contábil:

- A) D: 1.1.2.3.3.xx.xx Créditos de Transferências a Receber – Inter OFSS – União
C: 4.5.2.1.3.xx.xx Transferências Constitucionais e Legais de Receitas – Inter OFSS – União
- B) D: 3.5.2.1.4.xx.xx Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas – Inter OFSS – Estado
C: 2.1.5.0.4.xx.xx Obrigações de Repartição a Outros Entes – Inter OFSS – Estado
- C) D: 1.1.2.3.4.xx.xx Créditos de Transferências a Receber – Inter OFSS – Estado
C: 4.5.2.1.4.xx.xx Transferências Constitucionais e Legais de Receitas – Inter OFSS – Estado
- D) D: 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalente de Caixa em Moeda Nacional
C: 4.5.2.1.1.xx.xx Transferências Constitucionais e Legais de Receitas – Consolidação
- E) D: 3.5.2.1.4.xx.xx Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas – Inter OFSS - Estado
C: 4.5.2.3.3.xx.xx Transferências Voluntárias – Inter OFSS – União

40. Em 31 de agosto, com base nas transações realizadas durante o mês, por um determinado Estado da federação, os seguintes dados foram registrados na contabilidade:

Transações Realizadas	Valor (R\$)
Pagamento de juros sobre operações de crédito internas	1.500,00
Alienação de valores mobiliários	1.200,00
Pagamento dos salários servidores	6.000,00
Taxa de ocupação de imóveis	1.800,00
Recebimento da Cota-Parte do FPM	5.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira em Poupança	3.600,00
Arrecadação de ICMS	3.000,00
Amortização de Operações de Crédito Internas – Valor do principal	5.000,00
Pagamento de Juros sobre Antecipação de Receitas Orçamentárias	1.100,00
Depósitos Restituíveis – Caução em dinheiro	1.000,00
Operação de crédito por Antecipação de Receitas Orçamentárias - Impostos	5.000,00
Aquisição de mobiliários	3.600,00
Dividendos recebidos de empresas controladas	4.200,00
Alienação de bens móveis sem uso	3.000,00
Multas e juros sobre tributos arrecadados	1.200,00
Diárias e passagens aéreas	1.500,00
Royalties – Exploração de Petróleo	2.500,00

Com bases nos dados apresentados, pode-se afirmar que:

- A) o total da despesa orçamentária de capital foi igual a R\$ 10.100,00
- B) o montante da despesa corrente realizada foi igual a R\$ 9.000,00
- C) o total da receita corrente arrecadada foi igual a R\$ 26.100,00
- D) o montante das receitas patrimoniais foi igual a R\$ 13.300,00
- E) o total das receitas de transferências foi igual a R\$ 7.500,00

SISTEMA CONFEA/CREA

41. De acordo com a Resolução CONFEA nº 1.037/2011, os responsáveis pela elaboração e pela apreciação da proposta orçamentária do CREA são, respectivamente:

- A) o Presidente e o Plenário Regional
- B) o Presidente e a Diretoria Executiva
- C) a Diretoria Financeira e o Presidente
- D) a Diretoria Administrativa e o Presidente
- E) a Diretoria Financeira e o Plenário Regional

42. Conforme estabelecido na Resolução CONFEA nº 1.037/2011, a menos que haja apenas a transposição de valor orçamentário de um elemento de despesa para outro, para que um CREA faça a transposição de dotação orçamentária de uma categoria econômica para outra, é necessário que a reformulação orçamentária correspondente seja homologada:

- A) pela Câmara Especializada desse CREA
- B) pela Diretoria Financeira desse CREA
- C) pela Presidência desse CREA
- D) pelo Plenário desse CREA
- E) pelo Plenário do CONFEA

43. O Plano de Contas Unificado do Sistema CONFEA/CREA organiza os grupos de contas em planilhas. De acordo com a Resolução CONFEA nº 1.036/2011, estão na mesma planilha os grupos:

- A) Ativo e Passivo
- B) Passivo e Patrimônio Líquido
- C) Controles Devedores e Controles Credores
- D) Variações Patrimoniais Diminutivas e Variações Patrimoniais Aumentativas
- E) Controles da Aprovação e Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

44. O acompanhamento da execução orçamentária, tanto de receita quanto de despesa, indicando eventuais correções, para serem enviadas ao Plenário, é de competência da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas. De acordo com o Regimento Interno do CREA-RJ, a periodicidade de tal acompanhamento é:

- A) semanal
- B) quinzenal
- C) mensal
- D) trimestral
- E) anual

45. A Comissão de Orçamento e Tomada de Contas é formada por membros e suplentes. Com relação exclusivamente aos membros, o Regimento Interno do CREA-RJ aponta que essa Comissão é composta por:

- A) 13 membros, de qualquer natureza regimental do CREA
- B) 10 membros, oriundos das Inspetorias
- C) 8 membros, todos componentes da Diretoria
- D) 5 membros, vedada a participação de membros da Diretoria
- E) 3 membros, sendo 2 membros da Diretoria

46. Uma das rendas do Conselho Federal é proveniente de um percentual da cobrança de anuidades executada pelos Conselhos Regionais a profissionais e pessoas jurídicas. De acordo com a Lei nº 5.194/66 e suas atualizações, esse valor corresponde a:

- A) 5%
- B) 10%
- C) 15%
- D) 20%
- E) 25%

47. De acordo com a Lei nº 5.194/66, uma empresa de Engenharia registrada em um Conselho Regional pode exercer suas atividades em outra Região sob a seguinte condição:

- A) desde que não tenha impedimento, pois já possui um registro em outra região
- B) desde que peça autorização na Região onde já está registrada
- C) se, no seu registro, constar a autorização para multirregiões
- D) desde que vise, nessa nova Região, seu registro
- E) se cancelar o registro da Região anterior

48. Os inscritos na Mútua somente poderão receber benefícios após decorrido um certo prazo do pagamento da primeira contribuição. De acordo com a Lei nº 6.496/77, esse prazo é de:

- A) 30 dias
- B) 90 dias
- C) 120 dias
- D) 1 ano
- E) 2 anos

49. Parte da renda da Mútua provém de um percentual da taxa da ART, o qual, conforme consta na Lei nº 6.496/77, corresponde a:

- A) 5%
- B) 10%
- C) 15%
- D) 20%
- E) 25%

50. De acordo com a Resolução CONFEA nº 1.037/2011, os orçamentos do CONFEA, dos CREAs e da Mútua serão publicados de forma sintética no Diário Oficial da União, no exercício que anteceder a sua vigência, até o:

- A) último dia útil de novembro
- B) primeiro dia útil de dezembro
- C) dia 10 de dezembro
- D) dia 26 de dezembro
- E) último dia útil de dezembro

PROVA DISCURSIVA

Esta prova é composta de 03 (três) questões discursivas que deverão ser respondidas dentro do espaço correspondente na Folha de Respostas da Prova Discursiva (**no verso do Cartão de Respostas**).

A Folha de Rascunho do Caderno de Questões será de preenchimento facultativo e **não** será válida, em hipótese alguma, para avaliação da Prova Discursiva do candidato. O candidato que entregar a Prova Discursiva em branco não será avaliado pela Banca de Correção e, conseqüentemente, será eliminado do Concurso, ainda que haja registro no rascunho.

Certifique-se de **não** colocar marcas, nem assinar, rasurar ou preencher seu nome na **Folha de Resposta da Prova Discursiva**. Assim, o candidato não poderá assinar em lugar algum ou fazer qualquer tipo de identificação, sob pena de anulação da sua prova e conseqüente eliminação do candidato deste Concurso Público.

Cada questão deve ser respondida utilizando o mínimo de **10 linhas** e o máximo de **20 linhas**. Qualquer fragmento de resposta que ultrapassar esse limite será desconsiderado, tornando-a incompleta para efeito de correção.

Será atribuída nota zero à questão da Prova Discursiva que: a) estiver em branco; b) versar sobre conteúdo diverso do estabelecido; c) estiver ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita ou em idioma diverso do português; d) não for redigida com caneta esferográfica de tinta azul ou preta; e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; f) tiver extensão inferior ao mínimo de linhas estabelecido; g) contiver ofensas à banca ou aos Direitos Humanos.

Para cada questão serão atribuídos **até 20 (vinte) pontos**, levando-se em consideração o domínio do conteúdo, a legibilidade e a coerência. No plano do conteúdo, serão atribuídos até 15 pontos; no plano da correção formal, serão atribuídos até 5 pontos.

Segundo os termos do edital, não será permitida nenhuma espécie de consulta nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

Total de pontos da prova discursiva: **60 pontos**.

QUESTÃO 1

Para que a contabilidade possa satisfazer o objetivo de prestar informações úteis aos seus usuários, utiliza as “contas contábeis”, que são rubricas que demonstram os atos e fatos administrativos, para que todos os aspectos da informação contábil, de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade, sejam devidamente evidenciados, organizados e agrupados segundo suas funções em uma lista denominada Plano de Contas.

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), de uso obrigatório por todos os entes da Federação, estabelece conceitos básicos, regras para registro dos atos e fatos e estrutura contábil padronizada.

As contas do Plano de Contas Aplicadas ao Setor Público (PCASP) estão estruturadas por níveis de desdobramentos e são agrupadas e classificadas segundo a natureza das informações.

Explicitar quais são as naturezas das informações, descrevendo sucintamente as suas finalidades e indicando a que classes (dígitos numéricos e a respectiva nomenclatura) correspondem na estrutura do PCASP.

RASCUNHO DA QUESTÃO DISCURSIVA 1

1	
5	
10	
15	
20	

QUESTÃO 2

Na programação orçamentária, o sistema de classificação da despesa é estruturado com o propósito de atender às exigências de informação demandadas por todos os interessados nas questões de finanças públicas, como os poderes públicos, as organizações públicas e privadas e os cidadãos em geral. A União, os estados, os municípios e o Distrito Federal, na elaboração da sua Lei Orçamentária Anual, devem cumprir o dispositivo previsto no Art. 14 da Lei nº 4.320/64, como também o que está estabelecido na Portaria 42 do MOG/99, que explicitam como deve ser o detalhamento da classificação da despesa orçamentária pelas esferas públicas.

A partir do exposto, cite os três tipos de classificação da despesa orçamentária utilizada pelas esferas públicas, explicando sucintamente a finalidade de cada uma delas.

RASCUNHO DA QUESTÃO DISCURSIVA 2

1	
5	
10	
15	
20	

QUESTÃO 3

A Lei nº 5.194/66 "regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências". Essas atividades profissionais, segundo a legislação, são caracterizadas por realizações de interesse social e humano, envolvendo determinados empreendimentos. Como é comum a todas as profissões, há atribuições e atividades típicas que caracterizam o exercício dos profissionais regidos pela Lei supracitada. Dentre essas atividades e atribuições profissionais, destacam-se "ensino, pesquisas, experimentações e ensaios" (Art. 7º, Seção IV, Lei nº 5.194). Com base nessas informações, disserte sobre os dois tópicos a seguir: **a)** importância da atividade de pesquisa no âmbito das atividades cotidianas do CREA; **b)** necessidade de clareza, coerência e coesão dos relatórios produzidos pelos profissionais do CREA. Sua resposta deverá obrigatoriamente agregar esses dois tópicos em uma única resposta.

RASCUNHO DA QUESTÃO DISCURSIVA 3

1	
5	
10	
15	
20	

RASCUNHO